

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS-UEA**  
**CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ-CEST**  
**GÉSSICA BARBOSA DOS ANJOS**

**ALBABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DOS ALUNOS DA EJA NO 1º SEGMENTO**  
**NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR LUZIVALDO CASTRO DOS SANTOS**

TEFÉ/AM

2017

**GÉSSICA BARBOSA DOS ANJOS**

**ALBABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DOS ALUNOS DA EJA NO 1º SEGMENTO  
NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR LUZIVALDO CASTRO DOS SANTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, apresentado ao curso de Pedagogia, da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Centro de Estudos Superiores de Tefé – CEST, como requisito final para obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Msc. Leni Rodrigues Coelho

TEFÉ/AM

2017

GÉSSICA BARBOSA DOS ANJOS

**ALBABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DOS ALUNOS DA EJA NO 1º SEGMENTO NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR LUZIVALDO CASTRO DOS SANTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, apresentado ao curso de Pedagogia, da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Centro de Estudos Superiores de Tefé - CEST como requisito final para obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia.

Banca Examinadora

---

Professora Msc. Leni Rodrigues Coelho (orientadora)

---

Professora Msc. Adilma Portela da Fonseca Torres (UEA)

---

Professora Msc. Monica Dias de Araújo (UEA)

Tefé .....de ..... de .....

## **DEDICATÓRIA**

Dedico à Deus que iluminou o meu caminho durante essa trajetória, me sustentou e me deu coragem para questionar realidades e propor sempre um novo mundo de possibilidades. Aos meus pais, irmãos, meu esposo, minhas filhas, razão do meu viver, e à professora Leni pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

## AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos. Às minhas filhas Monara e Raynara pela espera das horas que eu estive ausente, ao meu esposo Kennedy Gonçalves pela paciência e por acreditar em mim, aos meus pais, irmãos e toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços pra que eu chegasse até esta etapa da minha vida, em especial a minha mãe, essa mulher guerreira e batalhadora que sempre esteve ao meu lado, mãe obrigada por tudo, em especial a minha irmã Keiteane Barbosa, muito obrigada pelo apoio e incentivo ao longo desses anos.

A todos que estiveram ao meu lado ao longo desses anos, me apoiando e me incentivando na realização desse sonho, aos meus amigos. A todos os colegas da UEA que comigo compartilharam as aulas e alegrias, enriquecendo o meu saber, em especial Renilce Silva, Milena Maricaua e Ilana Sampaio.

À minha orientadora, Prof. Leni coelho, obrigada pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão deste trabalho, posso dizer que a minha formação, inclusive pessoal, não teria sido a mesma sem a sua pessoa, a todos os professores do colegiado de pedagogia, que foram importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desde trabalho. Às professoras Adilma Portela da Fonseca Torres e Monica Dias de Araujo, é um prazer tê-la na banca examinadora.

À Universidade do Estado do Amazonas - UEA e ao CEST pela oportunidade de acesso ao curso de graduação.

À Direção da Escola Professor Luzivaldo Castro dos Santos, por ter aceitado o desafio de abrir o espaço escolar para o trabalho de pesquisa na educação de Jovens e Adultos – EJA.

E a todos que contribuíram de forma direta ou indiretamente na conclusão desta etapa de minha vida e que mesmo não citados aqui não deixam de merecer meus agradecimentos.

Obrigada.

*“Não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho”.*

*(Paulo Freire, 1991)*

## LISTA DE ABREVIATURA

EJA – Educação de Jovens e Adultos

CEAA- Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

CNBB – Conferência Nacional de Bispos do Brasil

CNEA – Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo

CNER – Campanha Nacional de Educação Rural

CONFINTEA – Conferências Internacionais de Educação de Adultos

CPC – Centro de Cultura Popular

CRUB – Conselho de Reitores de Universidades Brasileiras

FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP- Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEB – Movimento de Educação de Base

MCP – Movimento de Cultura Popular

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

ONG's – Organizações Não Governamentais

PAS – Programa Alfabetização Solidária

PBA – Programa Brasil Alfabetizado

PNLD – Programa Nacional do livro Didático

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura

SEFORM/MTb – Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC – Serviço Social do Comércio

## RESUMO

Este trabalho aborda a alfabetização e letramento dos alunos da Educação de Jovens e Adultos, no 1º segmento, na Escola Municipal Professor Luzivaldo Castro dos Santos. O letramento deve ser considerado um fator determinante no processo de alfabetização, tendo em vista que muitos adultos escrevem bem, porém têm dificuldade de ler o que escrevem, por isso, ambos devem estar interligados ao processo de ensino e aprendizagem. O objetivo geral da pesquisa constituiu-se em analisar o processo de alfabetização e letramento dos alunos da EJA, 1º segmento, na Escola Municipal Prof. Luzivaldo Castro dos Santos. Já os objetivos específicos são: Investigar se a escola incentiva os professores a trabalhar com seus alunos práticas de letramento; Conhecer quais as principais dificuldades que os professores enfrentam ao trabalhar o letramento com os alunos da EJA; Verificar se a escola e os professores tem interesse em trabalhar o letramento com os alunos da EJA. Para tanto, foram utilizadas a abordagem qualitativa apoiada na corrente filosófica fenomenológica, pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, entrevistas e questionários, envolvendo o gestor escolar, professores e alunos. Os resultados apontam que as professoras valorizam os eventos culturais extracurriculares promovidos para este público, levam os alunos da EJA para participar destes eventos como forma de revitalização da cultura local e valorização dos alunos que por algum motivo não puderam estudar em idade própria. Verificou-se que as professoras precisam abordar mais a leitura, fato que não é realizado diariamente, inclusive existe biblioteca nesta escola, mas infelizmente as professoras não tem o hábito de levar os alunos para explorar este ambiente educativo. A alfabetização e o letramento para os jovens e adultos é tida como resgate da cidadania, promoção da empregabilidade, fortalecimento das relações econômicas, sociais e familiar.

Palavras-Chave: alfabetização, letramento, educação de adultos.

## **ABSTRACT**

This work addresses the literacy and literacy of the students of Youth and Adult Education, in the 1st segment, in the Municipal School Professor Luzivaldo Castro dos Santos. Literacy should be considered a determining factor in the literacy process, since many adults write well, but have difficulty reading what they write, so both must be intertwined with the teaching and learning process. The general objective of the research consisted in analyzing the literacy and literacy process of the students of the EJA, 1st segment, in the Municipal School Prof. Luzivaldo Castro dos Santos. The specific objectives are: To investigate whether the school encourages teachers to work with their students literacy practices; To know the main difficulties teachers face when working with the students of the EJA; Check that the school and the teachers are interested in working with the students of the EJA. For that, a qualitative approach was used, based on the phenomenological philosophical current, bibliographical research, field research, interviews and questionnaires, involving the school manager, teachers and students. The results point out that the teachers value the extracurricular cultural events promoted for this public, lead the students of the EJA to participate in these events as a way of revitalizing the local culture and appreciation of students who for some reason could not study at their own age. It has been found that teachers need to approach reading more, a fact that is not realized daily, even a library exists in this school, but unfortunately teachers are not in the habit of taking students to explore this educational environment. Literacy and literacy for young people and adults is taken as a rescue of citizenship, promoting employability, strengthening economic, social and family relations.

Keywords: literacy, literacy, adult education.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1. RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.....</b>	<b>13</b>
<b>2. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DOS ALUNOS DA EJA NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR LUZIVALDO CASTRO DOS SANTOS EM TEFÉ.....</b>	<b>27</b>
2.1 AS PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EJA .....	27
2.2 OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES DA EJA NO PROCESSO DE LETRAMENTO.....	34
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>40</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute sobre a alfabetização e letramento para os alunos do 1º Segmento da Educação de Jovens e Adultos (EJA), da Escola Municipal Professor Luzivaldo Castro dos Santos, em Tefé-Amazonas e se os professores estão preocupados em trabalhar com seus alunos práticas de letramento ou apenas se preocupam com que seus alunos aprendam a decodificação de código escrito.

Diante disso, acredita-se que a escola não pode se preocupar em apenas alfabetizar, pois alfabetizar é aquisição do código de leitura e da escrita, ou seja, alfabetizar é aprender a ler e escrever. Acredita-se ainda que ler e escrever não é suficiente para que um cidadão esteja pronto para saber resolver seus problemas, por isso a importância de sermos pessoas letradas, pois letramento é a capacidade do cidadão utilizar a leitura e a escrita para resolver os problemas do seu cotidiano, o aluno passa a utilizar a leitura e a escrita em seu benefício para facilitar a sua vida social e em sociedade.

Acredita-se que este trabalho é importante por se tratar de um tema atual e presente em todas as reflexões desenvolvidas em torno da alfabetização e no processo de ensino/aprendizagem dos alunos da EJA, o que implica da parte docente uma prática que tenha em sua finalidade a formação plena do cidadão. Têm-se a intenção de conhecer as dificuldades dos professores em trabalhar com seus alunos as práticas de letramento. Pontuando se as experiências de alfabetização vividas por eles estão servindo de orientação para as práticas de letramento ou se a escola se preocupa em apenas alfabetizar esses alunos, além de identificar as metodologias utilizadas pelos professores da EJA.

Assim, a presente pesquisa teve como objetivo geral analisar o processo de alfabetização e letramento dos alunos da EJA, 1º segmento, na Escola Municipal Prof. Luzivaldo Castro dos Santos. Desse modo, os objetivos específicos consistem em: Investigar se a escola incentiva os professores a trabalhar com seus alunos práticas de letramento; Conhecer quais as principais dificuldades que os professores enfrentam ao trabalhar o letramento com os alunos da EJA; Verificar se a escola e os professores tem interesse em trabalhar o letramento com os alunos da EJA.

As questões de pesquisa que nortearam a investigação consistem em: A escola incentiva os professores a trabalhar com seus alunos práticas de letramento? Quais as principais dificuldades que os professores enfrentam ao trabalhar o letramento com os alunos da EJA? A escola e os professores tem interesse em trabalhar o letramento com os alunos da EJA?

Para alcançar os objetivos investigativos adotamos o enfoque fenomenológico de forma a descrever, compreender e interpretar os acontecimentos no processo de alfabetização e letramento dos alunos do 1º Segmento da EJA, da Escola Municipal Professor Luzivaldo Castro dos Santos, pautado em uma abordagem qualitativa, partindo de levantamento bibliográfico e pesquisa de campo. Como instrumentos de coleta de dados realizamos entrevistas com o gestor da escola, e questionários para 15 (quinze) alunos e o professor da turma, constituindo-se em 17 sujeitos<sup>1</sup> que fizeram parte desta pesquisa.

Neste sentido, para fundamentar este trabalho buscou-se os pressupostos de Moura (2007), Ventura (2007, 2008), LDB (1996), Paiva (1973, 1982), Haddad (2007), entre outros. O trabalho foi estruturado em dois capítulos, sendo o primeiro uma retrospectiva histórica da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, compondo a fundamentação teórica adotada e, no segundo, a análise se os professores da escola investigada trabalham na perspectiva da alfabetização e letramento, com vistas a responder às questões de pesquisa.

---

<sup>1</sup> Sujeitos da pesquisa nomeados por nomes fictícios

## CAPITULO I

### RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil não é algo novo, há muito tempo esta temática vem sendo discutida, porém nunca foi tratada como prioridade pelos governantes. Desde o período Colonial, ouvia-se falar nesta modalidade de ensino, com a chegada dos jesuítas em 1549 surgiu a preocupação em educar, transmitir valores e religião aos indígenas e depois aos negros, infelizmente ensinavam naquela época, apenas o necessário para o trabalho, ou seja, não havia uma preocupação em alfabetizar as pessoas, mas sim qualificá-las para o trabalho, para movimentar a economia daquela época. Acerca deste assunto, Haddad (2000, p. 109), salienta que:

A ação educativa junto a adolescentes e adultos no Brasil não é nova. Sabe-se que já no período colonial os religiosos exerciam sua ação educativa missionária em grande parte com adultos. Além de difundir o evangelho, tais educadores transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, inicialmente aos indígenas e depois aos negros.

A educação de qualidade no período Colonial era específica para a elite em especial homens, brancos e pessoas que possuíam influência na sociedade, não havia necessidade de educação para índios, negros, escravos e pessoas da classe popular e quando houve a discussão na educação para esta classe, o interesse central era monopolizar os interesses da classe dominante.

Com o advento do período Imperial surgiu a primeira Constituição brasileira, em 1824, garantia o direito a educação a todo cidadão, e isso incluía jovens e adultos, a instrução primária era gratuita para todos os cidadãos, mesmo a instrução sendo gratuita não favorecia as classes populares, pois estes não tinham acesso à escola, ou seja, a escola era para todos, porém, poucos tinham acesso à educação. A construção de uma escola para todos caminhou de uma maneira muito lenta na nossa história, esse distanciamento da constituição com a realidade daquela época se deu também porque o direito à cidadania era restrito a elite, conseqüentemente somente esta tinha direito a educação com qualidade. A elite administrava a educação primária e com isso o investimento maior era dado para esta classe social enquanto que a maior parte da

população recebia somente uma pequena parcela, ocasionando um descaso educacional para a grande massa popular. Isto é corroborado por Haddad (2000, p. 109):

O direito que nasceu com a norma constitucional de 1824, estendendo a garantia de uma escolarização básica para todos, não passou da intenção legal. A implantação de uma escola de qualidade para todos avançou lentamente ao longo da nossa história [...]. Essa distancia entre o proclamado e o realizado foi agravado por outros fatores. Em primeiro lugar, porque no período do Império só possuía cidadania uma pequena parcela da população pertencente à elite econômica à qual se admitia administrar a educação primária como direito, do qual ficavam excluídos negros, indígenas e grande parte das mulheres. Em segundo porque o ato adicional de 1834, ao delegar a responsabilidade por essa educação básica às Províncias, reservou ao governo imperial os direitos sobre a educação das elites, praticamente delegando à instância administrativa com menores recursos o papel de educar a maioria mais carente.

Desse modo, foi notório que os camponeses, agricultores, trabalhadores braçais eram excluídos da educação, que ora havia sido assegurada, e estes por serem da classe popular não tinham condições de estudar na rede privada de ensino, enquanto que para a elite houve até a criação de estudos superiores, conforme ressalta Moura (2003, p.27):

A preocupação com a educação volta-se para a criação de cursos superiores a fim de atender aos interesses da elite monárquica, por outro lado não havia interesse, por parte da elite na expansão da colonização básica para o conjunto da população tendo em vista que a economia tinha como referencial o modelo de produção agrário.

Assim, percebeu-se que não havia uma preocupação central em expandir a Educação de Jovens e Adultos para o país abrangendo todos os cidadãos brasileiros, pois, se a educação abrangesse todas as classes sociais, quem iria produzir no campo, nas grandes lavouras? Acredita-se que a classe dominante entendia que a oferta gratuita da educação aos menos favorecidos economicamente poderia trazer prejuízos a economia do país. Nisso, muito se falou em educação de qualidade, mas na prática muito pouco foi feito pela Educação de Jovens e Adultos a nível nacional. No período Imperial, quase nada foi feito para assegurar esse direito aos jovens e adultos no Brasil. Como ressalta Paiva (1987, p.25):

Ao findar o Império a situação da instrução no Brasil era muito precária para uma população de aproximadamente 14 milhões de habitantes estavam matriculados em todas as escolas do país menos de 250 mil alunos. Em relação ao analfabetismo os números eram alarmantes, a população crescia e elevava os índices dos que não sabiam ler e escrever.

Estes dados revelam a situação crítica do ensino público no Brasil, o analfabetismo imperava no meio da grande massa popular, a educação era exclusividade para poucos. Posteriormente em 1889, surgiu a Primeira República no Brasil e a expectativa era uma grande mudança positiva para a educação no país. Refletindo sobre este período, Haddad (2000, p. 109), esclarece que:

A Constituição de 1891, primeiro marco legal da República brasileira, consagrou uma concepção de federalismo em que a responsabilidade pública pelo ensino básico foi descentralizada nas Províncias e Municípios. A União reservou-se o papel de “animador” dessas atividades, assumindo uma presença maior no ensino secundário e superior. Mais uma vez garantiu-se a formação das elites em detrimento de uma educação para as amplas camadas sociais marginalizadas [...].

A Primeira República foi marcada por várias reformas educacionais, nesse período havia uma preocupação com a situação precária da educação no Brasil, mas essa preocupação não mudou muito o quadro vigente. Um fator relevante para tal foi à exclusão do direito ao voto por pessoas analfabetas. Entretanto, as principais mudanças ocorreram somente no papel, o sistema educacional vigente continuava privilegiando a elite burguesa.

Conforme Haddad (2000), em 1920 vários educadores organizaram movimentos em prol da melhoria da qualidade da educação pública, por isso, o governo passou a contribuir mais, não por iniciativa própria e sim por que em todo o país muitos grupos exigiam e ensejavam usufruir de uma educação de qualidade. No entanto, a classe dominante buscava cada vez mais alienar a classe dominada. Segundo Ventura (2011, p. 59):

A década de 1930 caracterizou-se pela estruturação do Brasil urbano-industrial que, sobrepondo-se às elites rurais, desenhou, de forma gradual, uma nova configuração da acumulação capitalista no País [...]. Portanto, o desafio enfrentado pela elite brasileira era o de permitir patamares mínimo de educação a todos, sem, no entanto, colocar em risco o controle ideológico e o nível de exploração exercidos sobre a classe trabalhadora.

A educação básica e consequentemente a EJA foi conquistando alguns avanços lentamente, com o findar do império e início da Era Vargas compreendido entre 1930-1945, surgiu a Constituição de 1934, a mesma propôs um plano nacional de educação, esse foi o primeiro plano da educação brasileira que previa um olhar especial para a educação de jovens e adultos, reafirmava o direito de todos a educação, mas esse plano não saiu do papel. Em 1938 foi criado o Instituto Nacional Estudos Pedagógicos (INEP), que exerceu grande influência no país, possibilitando a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário, em 1942, com o objetivo de realizar programas que ampliasse e incluísse o Ensino Supletivo para adolescentes e adultos. Posteriormente, o crescimento da educação elementar foi estimulado pelo governo federal, no qual projetava diretrizes educacionais para todo o país.

O Brasil durante o Estado Novo vivenciou momentos de forte alienação do proletariado, na qual foi oportunizado aos trabalhadores o ensino precário técnico profissionalizante, através do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SESI) que ora não atendia toda a demanda da classe popular, ambos “controlado pelo empresariado, tomou para si a tarefa da formação técnico-

política da classe operária engajada no mercado de trabalho. Portanto, institucionalizou-se um sistema educacional para “moldar” os trabalhadores urbano-industriais.” (VENTURA, 2011, p. 60).

Assim, a década de 1940 sinalizou que a educação de jovens e adultos voltava a discussão. Só nessa época que a educação de adultos vem se firmar como um problema de política nacional, mas isso foi fruto das discussões dos períodos passados. Pela primeira vez a educação de jovens e adultos recebeu reconhecimento e foi tratada de uma maneira individual, porém, era entendida como uma repetição dos conteúdos e da maneira de ensinar as crianças, não se pensava em uma educação para que o educando e as suas necessidades fossem valorizadas, essas pessoas eram vistas como pessoas sem conhecimento, sem capacidade, e que não precisava de uma educação especializada, os seus conhecimentos não eram valorizados, eram vistos como pessoas desprovidas de qualquer conhecimento. Segundo Paiva (1987, p.15), “o analfabetismo era considerado uma vergonha nacional, uma doença que assolava toda a sociedade brasileira e deveria ser erradicado através de campanhas de alfabetização. A educação por sua vez, teria um papel importante na elevação cultural do país”.

Contudo, o fim do Estado Novo foi marcado por forte influência do capitalismo neste país, aliado ao interesse de aumentar o número de eleitores, que excluía os analfabetos e ainda qualificar mão de obra para o trabalho. Nesse sentido a educação de jovens e adultos estava preocupada em quantidade e não em qualidade, ou seja, era preciso que se alfabetizasse o máximo de pessoas possível porque isso era importante para os interesses dos governantes. Os governantes estavam preocupados também com o quantitativo de eleitores por que nesse período só tinha direito ao voto pessoas letradas.

O país sofria reflexos da Guerra Fria, na qual a Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO) incitava a criação de campanhas para a educação de jovens e adultos em muitos países. Isto possibilitou a criação da primeira Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) no Brasil que ensejava um modelo de educação complexo de leitura, escrita, cálculos matemáticos, cidadania, saúde, dentre outros. Este movimento que durou até fins da década de 1950, tinha o objetivo de abranger todas as classes populares, sua estrutura foi importante para que os estados e os municípios pudessem atender a EJA de maneira mais organizada, conforme corrobora Oliveira & Paiva (2004, p.14):

O que provoca uma tomada de posição do Estado é o movimento de redemocratização do país, após a ditadura de 1937-1945, aliado às iniciativas mundiais da recém criada UNESCO, ao final da Segunda Guerra Mundial. Em 1947, com o aproveitamento dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário, criado em 1942, a União lança, e, plano nacional, a primeira Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA).

Em 1945, este fundo foi regulamentado, estabelecendo que 25% dos recursos fossem destinados a adolescentes e adultos analfabetos. Nesse período a educação de jovens e adultos estava em foco. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) criou duas campanhas, em 1952, a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e em 1958 para atender a população que vivia no meio rural, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA). Mas essas duas campanhas pouco fizeram pela educação, e a sua existência foi muito pequena.

A CNER possibilitou a criação de cursos de aperfeiçoamento para professores, contribuiu para o melhoramento dos padrões educativos, sanitários, assistenciais, cívicos e morais de seu público alvo. A Campanha foi específica para a região nordeste. A principal meta era proporcionar uma melhoria na educação e qualidade de vida das populações rurais até então consideradas como “incultas,” ressaltando a valorização do convívio e subsistência no meio rural que era tão importante para a sobrevivência no meio urbano.

A CNEA surgiu com total expectativa de mudar o quadro vigente da época tendo em vista o fracasso das demais campanhas. Havia a idealização de educadores que ressaltavam a necessidade de uma metodologia educacional específica que pudesse ser rentável, pois durante o Governo de Juscelino Kubitschek havia professores envolvidos em seu governo que repudiavam a idealização de ser preciso investir no desenvolvimento econômico sendo que ele proporcionaria o desenvolvimento da educação. Nisso, foi pensando o investimento maior para o desenvolvimento educacional para que o mesmo pudesse oferecer condições para o crescimento econômico. Sobre o CNEA Paiva explica:

[...] pretendia ser um programa experimental destinado à educação popular em geral. Ela surgiu exatamente no momento em que se iniciava no país uma nova etapa da educação dos adultos: reconhecia-se amplamente a ineficácia das campanhas lançadas há alguns anos pelo DNE, mobilizavam-se os educadores em busca de novas soluções para o problema [...]. (2003, p. 241-242)

Assim, em 1958, foi realizado o II Congresso Nacional de Educação no Rio de Janeiro, com a preocupação dos educadores em redefinir as características específicas e um espaço próprio para essa modalidade de ensino. Nesse período, já se reconhecia que a educação de jovens e adultos não poderia ser uma repetição de conteúdos e nem poderia ser comparada à maneira de ensinar as crianças. Entretanto, o adulto não alfabetizado era visto como uma pessoa imatura e ignorante, dentro dessa concepção era possível observar o preconceito com a pessoa analfabeta. Segundo Paiva (1973, p.210):

Marcava o congresso o início de um novo período na educação de adultos no Brasil, aquele que se caracterizou pela intensa busca de maior eficiência metodológica e por

inovações importantes nesse terreno, pela reintrodução da reflexão sobre o social no pensamento pedagógico brasileiro e pelos mais diversos grupos em favor da educação da população adulta para a participação na vida política na Nação.

Esse congresso foi importante porque a partir dele passou a se pensar um novo método pedagógico para a EJA, foi marcado com um novo olhar do educador pela educação de jovens e adultos, discutindo velhas ideias e preconceitos. Nisso, foi dedicado 20 milhões de cruzeiros para o CNEA, para aplicação em gastos específicos e na aplicação do plano piloto que deveria ser realizado em um município de cada uma das regiões brasileiras que serviria de experiência para tal. A CNEA teve um crescimento extraordinário e em 1963 foi extinto por carência de capital. (PAIVA, 1973)

A partir de então o estado brasileiro passou a ter uma preocupação maior com a educação de jovens e adultos, depois de uma atuação muito limitada, e sem grandes avanços durante todo o período Colonial, Império e Primeira República, surgiu então, uma política nacional, com verbas vinculadas e atuação estratégicas em todo o território nacional.

Entretanto, essa preocupação do governo se deu porque uma parcela significativa da população passou a pressionar por melhores condições de vida, e com isso se estendeu as oportunidades educacionais a um número cada vez maior de pessoas. Porém sabemos que desde o início da nossa história até os dias atuais os governantes dificilmente fazem algo pensando no povo, percebemos que buscam alcançar seus próprios interesses.

O governo estava preocupado em acalmar as tensões que estavam crescendo entre as classes sociais, mas também em qualificar a população adulta para o trabalho, porque isso era importante para o desenvolvimento econômico do país, a educação de jovens e adultos era importante para que o Brasil ganhasse o título de uma nação desenvolvida. Outro fator que contribuiu para esse crescimento da educação foi o fato de que a pessoa analfabeta era considerada ignorante, incapaz e pessoas assim não serviam para o Brasil, não ajudavam no crescimento e no desenvolvimento do país.

Em 1959 até 1964 foi um momento importante, considerado “período de luzes” para a EJA. Passou-se a olhar para a educação de jovens e adultos como uma modalidade de ensino específica. Foi firmado uma parceria entre o governo brasileiro e a Igreja Católica que favorecia as camadas populares do país. Segundo Peixoto Filho (2010, p. 21):

A conjuntura econômica que marca o período da formulação e da existência do MEB e de outros três movimentos caracteriza-se pelo desenvolvimentismo. Tal situação fez com que surgissem necessidades de maior participação de toda a sociedade civil, seja no nível da “produção”, seja no nível das decisões. Por outro lado, o jogo político era marcadamente populista e caracterizado por uma crise de hegemonia [...].

Assim, observou-se um avanço significativo no que diz respeito à organização e a concepção da educação de jovens e adultos no país. Um novo referencial teórico-metodológico foi viabilizado a partir da atuação de Paulo Freire, e de suas ideias em movimentos como: o Movimento de Educação de Base (MEB), da Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1961, Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife, os Centros Populares de Cultura (CPC), órgãos culturais da União Nacional dos Estudantes (UNE); A Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, dentre outros.

Ao contrário das práticas tradicionais de alfabetização, voltadas prioritariamente para o aprendizado instrumental, o grupo representado por Paulo Freire muda o foco para o sentido da aprendizagem na vida das pessoas. Dessa forma, a partir da compreensão da educação e da alfabetização como expressões culturais, produziu-se um novo arcabouço conceitual e uma nova postura epistemológica para os processos de alfabetização e educação popular. (VENTURA 2011, p. 65)

Paulo Freire foi um dos percussores da EJA, lutou pelo fim da educação elitista e pela valorização da educação popular, objetivava a educação democrática e libertadora, levando em consideração a realidade vivenciada pelo educando. Freire pretendia superar a dicotomia entre teoria e prática no processo educativo, valorizando o contexto local para que o educando pudesse interferir na realidade, e tentar mudá-la. Assim, este método consistia em alfabetizar utilizando-se das experiências dos alunos, propondo uma palavra geradora e explorando cada sílaba da palavra em estudo. Sabemos que a educação tem esse poder, a pessoa letrada é capaz de dialogar e dizer que algo não é bom para ela, pois o conhecimento amplia os horizontes de qualquer pessoa, mas infelizmente para os governantes da época não era relevante ter a população alfabetizada.

Nesse contexto, estava em alta a discussão que todo cidadão deveria ter direito a educação e todos esses programas foram criados para tentar assegurar esse direito, e com isso a educação de jovens e adultos também passou a ser entendida como um poderoso instrumento de ação política, na qual atribuiu-se uma importante missão de valorização e resgatar dos saberes da população e de suas culturas. As pessoas analfabetas não deveriam ser vistas como ignorantes ou imaturas.

O MCP do Recife foi criado por estudantes universitários, artistas e intelectuais desta região, ambos influenciados por ideias socialistas e cristãs, buscavam expandir e valorizar a cultura do povo e regional, através do teatro, artes plásticas, dança, música popular brasileira, atividades educativas sistematizadas. “O movimento pretendia encontrar uma fórmula brasileira para a prática educativa ligada às artes e à cultura do povo e suas atividades estavam

voltadas, fundamentalmente, para a conscientização das massas através da alfabetização e da educação de base [...].” (PAIVA, 2003, p. 264).

O MCP promoveu e possibilitou a criação dos CPC's que difundiram-se em todo o país. Tais centros ofertavam cursos variados sobre as diversas manifestações artísticas e culturais brasileiras. Passaram a assumir um papel contra o sistema político imperial, de cunho nacional e socialista, lutando contra o sistema capitalista, visando a diminuição das desigualdades sociais. Os CPC's tornaram-se interligados com a UNE. Assim, a UNE participava ativamente das lutas pelas melhorias educacionais da época, ensejavam por reformas universitárias e seus protestos eram realizados principalmente mediante manifestações artísticas populares diversas. Essas discussões foram importantes para que a EJA aos poucos pudesse ser reconhecida e ocupasse o seu espaço na sociedade, passando a ser também uma poderosa ferramenta de ação política, enfim, a EJA tinha o dever de resgatar e valorizar o saber popular, nesse sentido a educação de jovens e adultos passou a ser muito importante na valorização da cultura da população brasileira.

A campanha de “Pé no chão também se aprende a ler” foi desenvolvida em Natal (Rio Grande do Norte), devido a carência de investimentos financeiros para a educação local, foram organizadas instituições de ensino em locais cedidos pela população. Foram aproveitados também terrenos baldios, cuja população construiu grandes barracões e posteriormente acampamentos com cobertura de palhas e chão batido. No horário diurno esta campanha ofertava o ensino primário e no horário noturno o ensino era ofertado aos adultos com o ensino regular e até mesmo cursos profissionalizantes. Conforme salienta Ventura (2011, p.64):

A campanha objetivava a imediata extensão das oportunidades educacionais para toda a população daquela região. As dificuldades financeiras e institucionais para a implantação de um programa de tal proporção impulsionaram a construção de acampamentos escolares abertos, nos quais se alfabetizava crianças e adultos das classes populares. Surgiram, também, bibliotecas, centros de formação de professores, círculos de leitura, praças de cultura e esportes, etc.

O regime militar foi considerado um dos momentos mais negros para a educação de jovens e adultos, o golpe militar causou vários prejuízos a EJA, os movimentos de educação e cultura popular foram perseguidos, pressionados, suas ideias foram reprimidas, o programa nacional de educação teve que ser parado e destruído, seus líderes foram presos e os seus materiais foram apreendidos. A Campanha “de Pé de no Chão também se aprende a ler” teve seus trabalhos interrompidos e a sua liderança foi presa.

Essa repressão foi a resposta do estado, pois, as ações dos programas sociais contrariavam os seus interesses, o estado autoritário tentou acabar com as práticas educativas

que visavam o interesse do povo. Porém, o estado percebeu que seria difícil conseguir continuar com essa repressão. Estavam com a proposta de um grande país, mais perceberam que não seria possível repassar essa visão com os altos índices de analfabetismo, existia também a necessidade de dar uma solução ao direito á cidadania e a educação de todo cidadão brasileiro. Mais o principal interesse do estado era atender os interesses do modelo socioeconômico implementado pelo regime militar. Em resposta foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em 1967, foi um projeto para acabar com o analfabetismo em apenas dez anos. De acordo com Paiva (1982, p. 100):

O MOBRAL surgiu com a proposta de que livraria o país da chaga do analfabetismo e simultaneamente realizaria uma ação ideológica capaz de assegurar a estabilidade do 'status quo', permitindo ás empresas contar com amplos contingentes da força de trabalho alfabetizada.

Com esse programa a alfabetização ficou restrita à aprender apenas as habilidades de ler e escrever, sem haver uma preocupação em letrar os alunos. Configurava-se assim, o sentido político do MOBRAL, que procurava responsabilizar o indivíduo por sua situação desconsiderando-o do seu papel de ser sujeito produtor de cultura.

O MOBRAL passou por várias transformações em seus objetivos, estendendo-se para outras áreas de trabalho, desde a educação comunitária até a educação de crianças, em um processo de permanente mudança, preocupados em sobreviver diante do seu fracasso no seu objetivo inicial de erradicar o analfabetismo. Essa nova maneira de educar tinha como prioridade soluções técnicas, partindo do problema da exclusão do sistema político escolar de uma grande parte da sociedade, tinham em seus ideais uma escola neutra, que atendesse a todos, o ensino supletivo pela sua flexibilidade seria uma ótima oportunidade de escolarização para aqueles que por algum motivo não tiveram acesso na idade certa.

Durante a Nova República o MOBRAL foi extinto, mais especificamente em 1985, porque não conseguiu alcançar o objetivo central que era de erradicar o analfabetismo, acabou sendo visto pela sociedade como um modelo de educação doméstica e de baixa qualidade. Dentro do contexto da Nova República, o MOBRAL já não conseguia se manter. Por estes motivos em 1985 surgiram outros programas de alfabetização em seu lugar como a Fundação Educar (1986-1990), Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, que estava vinculada especificamente ao Ministério da Educação. Conforme salienta Ventura (2011, p. 70):

Muitas foram as críticas à atuação do Mobral. Entre elas destacam-se as que se referem à manipulação dos seus resultados, seja em relação à alfabetização, seja em

relação ao impacto de outras formas de ação do Movimento, além da crítica sobre o seu próprio sentido e objetivo. Só mais tarde, em 1985, já no início da chamada Nova República, o Mobral foi extinto e criada a Fundação Educar.

Neste contexto foi criado também o Ensino Supletivo, regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 5.692/71, Capítulo IV. O Ensino Supletivo tinha “uma nova concepção de escola” uma linha de escolarização não formal, objetivava recuperar o atraso que a EJA tinha sofrido no decorrer dos anos, preocupados em formar mão-de-obra que ajudasse o país a se desenvolver. De acordo com Ventura (2011, p.71):

A terceira ação diz respeito ao ensino supletivo, regulamentado pela Lei nº 5.692/71. Pela primeira vez, uma legislação específica organizou o ensino de jovens e adultos em capítulo próprio, diferenciando-o do ensino regular básico e secundário, e abordou a necessidade da formação específica dos professores para atuar nele avanços legais incontestáveis para a área.

A partir da década de 1980, os educadores buscaram um novo paradigma de práxis educativa, bem como novas propostas de ensino, com o intuito de ajudar no crescimento do educando para um ensino mais qualificado, na qual a Constituição Federal de 1988, no Artigo 208, assegura a universalização do ensino fundamental na rede pública de ensino com gratuidade a todo o país. Já a década de 1990, não foi muito benéfica, devido a vários empecilhos, sendo o principal deles a falta de políticas pública, ou seja, o governo não deu apoio á Educação de Adultos, chegando a contribuir para o fechamento da Fundação Educar, além de ocorrer um grande vazio político, no que se refere a esse setor, mas, alguns Estados e Municípios assumiram a responsabilidade de oferecer educação para os alunos da EJA. Segundo Haddad (2000, p. 109):

Uma das medidas adotadas em março de 1990, logo no início do governo Fernando Collor de Mello, foi a extinção da Fundação Educar. Esse ato fez parte de um extenso rol de iniciativas que visavam ao “enxugamento” da máquina administrativa e à retirada de subsídios estatais, simultâneas à implementação de um plano heterodoxo de ajuste das contas públicas e controle da inflação.

A educação de jovens e adultos teve seus momentos de grandes fracassos e críticas quanto á busca de um ensino de qualidade, diversos grupos sociais buscavam o direito a uma vida mais digna, com perspectiva de construir um Brasil de mudanças positivas. De acordo com Haddad (2000), somente no final do governo Collor a aprovação do Plano Decenal de Educação foi aprovada. No entanto, para piorar ainda mais esta situação o Presidente Fernando Henrique Cardoso, eleito em 1994 e reeleito em 1998, não consolidou este Plano e usou de seu “poder” para fazer medidas e emendas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, as vésperas de ser aprovada.

A EJA foi criada com o objetivo de alfabetizar jovens e adultos que por algum motivo não tiveram a oportunidade de estudar na idade certa, tendo o cidadão brasileiro o direito de estudar na rede pública de ensino com metodologias apropriadas. Assim, a LDB regulamentou no Capítulo II, da Educação de Jovens e Adultos, no Art. 37, § 1º e § 2º, respectivamente:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

É importante ressaltar que mesmo a LDB, nº 9394/96, assegurando a todos o direito a essa modalidade de ensino, sabemos que na prática não acontece bem assim, o aluno da EJA, é discriminado, a sociedade vê os alunos como desprovidos de conhecimento, quando na verdade o próprio sistema educacional exclui os jovens e os adultos.

No início da década de 1990, surgiram três Programas Federais foram eles: o Programa Alfabetização Solidária (PAS), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PLANFOR). Em relação ao PAS:

[...] O programa teve uma expansão rápida que parece estar associada à engenhosa parceria envolvendo o co-financiamento pelo MEC, empresas e doadores individuais, a mobilização de infra-estrutura, alfabetizando e alfabetizadores por parte dos governos municipais, e a capacitação e a supervisão pedagógica dos educadores realizadas por estudantes e docentes de universidades públicas e privadas. (HADDAD & DI PIERRO, 2000, p.124)

O PAS foi criado em 1996 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), parecia muito com as campanhas das décadas de 1940 e 1950, objetivava a redução dos índices das disparidades nas regiões brasileiras e também do analfabetismo em todo o país. Este programa consistia em um movimento de alfabetização solidária nacional, com duração de apenas 05 meses, atendia o público juvenil e os municípios considerados mais carentes em relação a educação. O programa fracassou por não conseguir alfabetizar nem a metade do público atendido.

O Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PLANFOR), criado em 1995, pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho (SEFORM/MTB) objetivava a qualificação profissional, mais não substituía a educação básica. Ofertava saberes relativos a competências técnicas específicas, apoiados por setores públicos e privados no intuito de expandir a qualificação técnica profissional no país.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), passou a funcionar em 1998, articulado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na qual o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tinha o papel de coordenar o PRONERA, propunha trabalhar a alfabetização com serviços voluntários de profissionais a partir do contexto socioeconômico dos seus educandos, atendendo populações que moravam em áreas de assentamento, visando erradicar o analfabetismo. Conforme Haddad “o alvo principal do PRONERA é a alfabetização inicial de trabalhadores rurais assentados que se encontram na condição de analfabetismo absoluto, aos quais oferece cursos com um ano letivo de duração [...]” (HADDAD, 2000, p. 125)

Em 1990 surgiram diversos Fóruns da EJA, foram realizados em Natal com a finalidade de reafirmar a importância de se avançar com as políticas para a alfabetização de jovens e adultos, com enfoque para o papel político destes, momento de discussão e organização, para poder intervir de maneira significativa na construção dessa modalidade de ensino, os fóruns tinham nas suas perspectivas uma gestão democrática de controle social das políticas públicas da EJA. Ao longo de sua história, os fóruns estaduais apoiaram a criação de políticas públicas da EJA respaldados na ideologia do direito humano e à educação continuada ao longo da vida. Esta proposta procurou quebrar com paradigmas educacionais convencionais que estampam na EJA um caráter compensatório, é importante reconhecer esse público como ser humano que tem direito e cultura, assegurar o respeito a rica tradição brasileira popular, como processo de libertação individual e coletiva.

Nesse contexto:

[...] a política educacional do governo Lula da Silva (2003-2010) dirigiu inúmeras ações à educação de jovens e adultos (EJA), com níveis distintos de impacto na consolidação dessa modalidade no interior da escola pública brasileira - *grosso modo*, maior institucionalidade ou menor institucionalidade. O primeiro refere-se àquelas ações de Estado que transcendem as ações do governo e fortalecem o enraizamento da EJA na estrutura do sistema educacional. O segundo estabelece ações governamentais pontuais e descontínuas, paralelas à rede pública de ensino [...]. (VENTURA, 2007, p. 84-85)

Desse modo, foram traçadas diversas metas para a EJA, inclusive a inclusão desta modalidade de ensino no Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), que possibilitou diversos avanços para este setor, tais como livros didáticos próprios através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a Educação de Jovens e Adultos, a criação do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) Urbano, dentre outros.

O PBA foi criado por entidades públicas em parceria com o MEC, ofertava cursos de alfabetização para jovens e adultos. Inicialmente os recursos gastos neste programa foram majoritariamente provindos de Organizações Não Governamentais (ONG's). Nos anos que se sucederam foram destinados altos valores do dinheiro público para investir neste programa. Porém os dados revelam que a taxa de redução do analfabetismo foi insignificante mediante o dinheiro e trabalhos destinados ao PBA.

O PROJOVEM urbano foi um programa emergencial, atendia jovens a partir de 18 até 24 anos com o ensino fundamental completo e formação profissional básica com oferta de um pequeno capital para os alunos atendidos, ressaltando a participação ativa dos alunos na comunidade onde conviviam buscando melhorias no entorno local.

As Conferencias Internacionais de Educação de Adultos (CONFINTEA) foram relevantes para a consolidação da educação de jovens e adultos da atualidade, contando com a participação de diversos países tornaram-se palco de debates abertos visando melhorias para esta classe. Dentre as CONFINTEAS podemos destacar a de Hamburgo na Alemanha que ocasionou uma grande movimentação entre os educadores inclusive no Brasil. Assim, em 1996, vários setores envolvidos com a EJA, entidades públicas e privadas organizaram paulatinamente encontros municipais, estaduais e nacionais para debater as questões vivenciadas no país, problemas, sugestões de melhorias, diagnósticos, materiais que foram levados para a Conferência no ano seguinte.

A Conferencia Mundial de Educação para Todos (Jomtien, Tailândia, 1990) e a V Conferencia Internacional de Educação de Adultos – V CONFINTEA (Hamburgo, 1997) reafirmaram o direito de todos à “educação ao longo da vida.” Para efetivação desse direito, considerou-se a alfabetização uma estratégia fundamental, porém não a única, para fazer frente à exclusão e à desigualdade social, e desse modo, garantir os direitos humanos, a participação cidadã, a valorização da diversidade cultural, da solidariedade entre os povos. (SOUZA, 2011, p. 183)

Desse modo, tais conferencias visavam a universalização da educação principalmente para jovens e adultos, pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar o ensino regular na idade própria, mais que devem ter o direito de um ensino de qualidade, valorizando suas experiências de vida, a cultura, os objetivos que desejam alcançar, tornando-se o protagonista de um mundo melhor, mais humano e igualitário.

Assim, chegamos ao século XXI com uma alta taxa de pessoas que não têm o domínio sobre a leitura, a escrita e as operações matemáticas básicas. Isto acontece em todas as regiões brasileiras, números que deveriam preocupar os governantes brasileiros, mais infelizmente a educação não está como prioridade em suas metas. Conforme Ventura:

[...] Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2004 a 2009, a taxa de analfabetismo caiu apenas 1,8%, sendo registrado em 2009, o índice de 9,7%, que se refere, aproximadamente a 14 milhões de pessoas. Ao mesmo tempo em que um número expressivo de adolescentes e jovens ingressa na escola pública, muitos deles saem sem se alfabetizar [...]. (2006, p. 273)

Essa retomada histórica da EJA é importante para que possamos entender e analisar a situação sociocultural desta modalidade de ensino no Brasil. Infelizmente existem milhões de pessoas, dentre os quais, jovens e adultos que ao ler um texto não conseguem ler e entender a ideia central do autor. Assim, podemos refletir, por que o analfabetismo é um problema tão sério no nosso país? Será que este fator é fruto do tratamento que a EJA tem recebido desde o início da sua história?

## CAPITULO II

### **ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DOS ALUNOS DA EJA NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR LUZIVALDO CASTRO DOS SANTOS EM TEFÉ**

O presente capítulo apresenta os resultados da pesquisa realizada na Escola Municipal Professor Luzivaldo Castro dos Santos em Tefé, cujas análises destacam de que forma acontece a alfabetização e o letramento.

A escola deve formar cidadãos aptos a enfrentar os desafios do cotidiano. Neste processo a escola favorece o desenvolvimento de diversos aspectos nos alunos da EJA, tais como a leitura de mundo, o desenvolvimento de coordenação motora, a cooperatividade, a alfabetização e o letramento. Assim, recorre-se aos pressupostos teóricos para apresentar os resultados dessa investigação. A Escola Municipal Professor Luzivaldo Castro dos Santos, está situada à Rua João Steffano, 625, Bairro Juruá, em Tefé. A instituição é vinculada a Secretaria Municipal de Educação, foi criada em 2008 e atende uma turma de EJA do 1º segmento (1ª e 2ª fase).

#### 2.1 AS PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EJA

Segundo Freire (2006, p. 68), “o trabalho de alfabetização, na medida em que possibilita uma leitura crítica da realidade, se constitui como importante instrumento de resgate da cidadania”. Para isso é necessário que o professor esteja preocupado em atender a necessidade dos alunos jovens e adultos, pois, a EJA não pode ser uma representação do que é trabalhado com as crianças, esse é um grupo de estudantes específicos e deve-se usar metodologias adequadas, para despertar o interesse pela aprendizagem.

As docentes do 1º segmento da EJA são do sexo feminino, graduadas em pedagogia ou normal superior, possuem pós-graduação, sendo duas em gestão escolar e uma em psicopedagogia. A graduação é a formação mínima exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9394/96, pois, acredita-se que o profissional da educação possui conhecimentos teóricos e práticos necessários para atuar em sala de aula. Como se vê, as docentes possuem formação específica para atuar na EJA, bem como desenvolver atividades condizentes com este público, explorando os conhecimentos prévios dos alunos, valorizando crenças e valores e dando significado as dimensões culturais e intelectuais de cada indivíduo. Acerca da formação de professores a LDB 9394/96, no art. 62, assegura que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, e oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Nesta investigação, percebeu-se a partir das narrativas das docentes que valorizam os alunos e incentiva-os a participarem de atividades promovidas por outras instituições, como por exemplo, o Serviço Social do Comércio (SESC) e a Secretaria Municipal de Educação de Tefé que geralmente organiza atividades extracurriculares no intuito de mobilizar e incentivar a educação no município. Acerca dessa questão, Ágata, professora da EJA afirma que, *“o ano de 2016 foi um ano que teve grande desempenho da EJA, na Gincana Literária do SESC Ler e na Gincana Cultural do aniversário de Tefé onde a equipe desta escola sagrou-se campeão”*. Dessa forma, os estudantes são motivados a dar continuidade em seus estudos, a conhecerem a história do município, a esforçarem-se para representarem a escola e o título conquistado foi mais um incentivo para os alunos. De acordo com Freire (1996, p. 54):

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas *objeto*, mas sujeito também da História.

Pode-se considerar que as atividades diferenciadas dentro e fora da escola para os estudantes da EJA é de suma importância, pois, estes saem de suas rotinas diárias e se percebem como protagonistas de sua história, ao participarem de forma direta e indiretamente das ações desenvolvidas pelos professores. A partir das ações diferenciadas os estudantes adquirem autonomia, aprofundam os estudos em diversas áreas de conhecimento, demonstrando que são alfabetizados e letrados.

No âmbito local, as narrativas das professoras da EJA revelam que utilizam recursos e metodologias diferenciadas, no entanto, não se percebeu esta concepção por parte dos estudantes, uma vez que afirmaram que não é levado em consideração as novas ferramentas táteis, visuais e audiovisuais que são aliados importantes para o professor no processo educativo. Para Steven, aluno da EJA: *“os materiais são os simples mesmo, lápis, caderno, livro didático e os conteúdos que ela passa”*. Percebe-se que houve contradição nas narrativas dos entrevistados já que as professoras afirmam que utilizam as novas ferramentas de trabalho e os estudantes não confirmam esta questão. Para Dandara, Professora da EJA: *“Trabalho com os recursos que a escola dispõe data show, vídeos de filmes, vídeos aulas de ciências, palestras, livros didáticos, quebra cabeças, jogos e outros”*. Ao analisar a fala dos entrevistados percebe-

se que existem diversos materiais disponíveis na escola, mas, por algum motivo as professoras não os utilizam para alfabetização dos alunos. Segundo Freire (1996, p. 79):

[...] mudar é difícil, mas é possível, que vamos programar nossa ação político-pedagógica, não importa se o projeto com o qual nos comprometemos é de alfabetização de adultos ou de crianças, se de ação sanitária, se de evangelização, se de formação de mão-de-obra técnica.

A partir desse entendimento, acredita-se que a práxis educativa deve ser diversificada para melhor compreensão dos alunos, com por exemplo, utilizar fichas de leituras, imagens ilustrativas para facilitar a leitura de mundo as placas de sinalização de trânsito, música popular brasileira ou que se encontram em sucesso na mídia, rótulos de embalagens diversas que fazem parte do cotidiano dos alunos, enfim, muitas são as maneiras que o professor pode recorrer para o letramento no processo educativo.

No que se refere a realidade da escola pesquisada, verificou-se que ainda não iniciaram o processo de inovação e mudança no campo da EJA. Sabe-se que o processo de mudança pode ser difícil tendo em vista que o professor levará mais tempo para planejar, confeccionar os materiais que servirão de suporte para as aulas, pesquisar novas ferramentas de trabalho, preparar slides com apresentação em retroprojektor, enfim, o professor deve fazer o possível para chamar a atenção e motivar os alunos, mostrando a importância da leitura de diferentes gêneros textuais.

Percebeu-se na análise documental que existem pontos de divergência também em relação ao uso da biblioteca escolar, pois, as professoras afirmam levar os estudantes para utilizarem este espaço e os alunos afirmam o contrário. Segundo David, aluno da EJA: *“Tem biblioteca mais eles não permitem o acesso”*. Já, a professora Alexia, ao ser questionada acerca do assunto, afirmou que: *“Sim, levamos os alunos à biblioteca. Ela dispõe de um acervo muito bom, além dos livros didáticos, tem muita literatura, jogos, gêneros diversificados”*. Sabe-se que os livros, as literaturas diversas, como por exemplo, as poesias, poemas, contos, lendas, fábulas, jornais, artigos, carregam uma riqueza cultural imensa, privá-los da oportunidade de explorar a biblioteca da escola é descartar uma fonte de conhecimento importante no processo de alfabetização e letramento dos alunos da EJA. Segundo Moura (2007, p. 17):

O processo de alfabetização é visto como o domínio progressivo do sistema de linguagem escrita, que começa muito antes do sujeito se escolarizar. Mas, é na escola que vai se dando a sua sistematização e consolidação enquanto instrumento de comunicação e de memória.

Entende-se que os alunos da EJA por terem responsabilidades diárias, por recorrem aos trabalhos mais árduos para prover o sustento familiar, dificilmente reservam parte do seu tempo para realizar outras leituras. Muitos deles, restringem o ato de ler/estudar somente ao

horário de aula e se a leitura não for explorada diariamente pelos professores dificilmente terminarão o ano letivo realizando uma boa leitura. Diante disso, cabe alguns questionamentos: como dominar o sistema de linguagem escrita sem fazer um exercício diário? Como os professores desejam alfabetizar os alunos da EJA se não recorrem a biblioteca? Assim, acredita-se que a biblioteca da escola não deve ser ignorada pelos professores, pois, este espaço abriga inúmeras possibilidades.

No que se refere a seleção e organização os conteúdos curriculares a serem trabalhados em sala de aula, as docentes da EJA, afirmaram que se orientam pelo plano de curso que é elaborado no início do ano letivo, em reunião com todos os professores da EJA, os gestores e os pedagogos das escolas, bem como o(a) coordenador(a) da EJA, da secretaria municipal de educação. Segundo as docentes, neste documento é explícito os conteúdos, os materiais didáticos, os procedimentos metodológicos, a avaliação, os eixos norteadores que devem ser trabalhos no decorrer no ano escolar. Segundo a professora Ágata: *“Trabalhamos a partir de um plano de curso, dando ênfase na necessidade de aprendizagem do aluno, não podemos esquecer que eles já têm um conhecimento de vida amplo”*. Percebeu-se também que na seleção dos conteúdos é levado em consideração os Parâmetros Curriculares Nacionais e teóricos da área de EJA com o intuito de oferecer uma aprendizagem eficaz. A partir do plano de curso as professoras elaboram o planejamento diário conforme as suas possibilidades. Em relação a planejamento Loch (2009, p. 22) afirma que:

Poderíamos ainda acrescentar que é importante planejar pesquisando sobre a vida dos jovens a adultos, tornando-os também autores e participantes do planejamento, ao incorporar ao currículo os processos históricos, culturais, políticos, sociais e econômicos que constituem o seu tempo, as contradições presentes na sociedade, os conhecimentos que constituem a cultura popular, enfim, para que os sujeitos se constituam continuamente e se construam conscientes de si, dos outros e do mundo.

Os professores ao elaborarem o seu planejamento levando em consideração o contexto e o conhecimento prévio dos alunos, podem ter a possibilidade de alcançar com mais facilidade os objetivos propostos. Em trabalhos que envolvem a criatividade, raciocínio e construção textual, pode ser solicitado individualmente ou coletivamente por toda a turma.

O planejamento do professor deve levar em consideração o conhecimento cultural, o local possivelmente periférico onde residem e as reais condições sociais dos alunos. Desta forma, o planejamento envolve o estudo da realidade, a organização e a aplicação do conhecimento.

Nesta investigação, verificou que a professora de matemática planeja os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula de forma interdisciplinar, uma vez que utiliza textos para discutir operações matemáticas e na resolução de problemas envolve por exemplo, o dinheiro

que é utilizado diariamente pelos alunos. Segundo Dandara, professora da EJA: “*Como sou professora de matemática utilizamos uma problemática do dia a dia para trabalharmos o texto*”. Dessa forma, percebe-se que os assuntos abordados estão relacionados à vivência dos estudantes. Em uma conversa informal com os alunos, durante o período de observação na escola, constatou-se que eles enfrentam muitas dificuldades, seja para vender seus produtos na feira municipal, por causa do troco, seja por sentirem vergonha de não saber efetuar as operações matemáticas. Tais necessidades levaram a maioria dos alunos a retornarem ou procurarem pela primeira vez a sala de aula. Diante disso, percebe-se a importância do professor ressignificar os conteúdos curriculares. Para a autora Durante (1998, p. 75):

A ressignificação dos conteúdos resgata sua importância no processo de ensino e aprendizagem, entendendo-os como formas ou saberes culturais que envolvem conceitos, explicações, habilidades, linguagens, fatos, valores, crenças, sentimentos, atitudes, interesses, condutas, raciocínio, etc, e o educador com função determinante para que o processo ocorra.

A luz desse entendimento, acredita-se que é importante o professor ressignificar os conteúdos para que eles se tornem mais acessíveis ou compreensíveis aos alunos, ao ressignificá-los deve-se envolver questões como: o aquecimento global, o efeito estufa, a importância de preservar o meio ambiente, as consequências da poluição para o planeta terra, os fatores determinantes e consequências das enchentes dos rios e posteriormente da seca desenfreada, as doenças transmitidas pela água poluída, etc.

No que tange ao âmbito local, as professoras afirmam contextualizar os conteúdos com a realidade dos alunos. Segundo a professora Alexia: “*contextualizo. Sempre pedindo a opinião deles, até porque eu procuro trabalhar textos voltados a realidade, conforme os acontecimentos que está no dia-a-dia*”. Deste modo, entende-se que no processo de alfabetização a professora explora textos que retratam a vida cotidiana dos alunos por meio de bilhetes, cartas, receitas, rótulos de embalagens, entre outros.

Ao fazer a observação na escola, foi possível perceber por meio de conversas informais que as professoras trabalham assuntos relacionados a cultura teifeense, pois, abordam temas ligados aos mitos e as lendas da região, bem como, a importância das plantas medicinais para o tratamento de algumas doenças. As práticas pedagógicas são desenvolvidas de forma interdisciplinar, uma vez que propõe a construção de frases ou textos a partir de um eixo norteador, que tenha conexão com o cotidiano dos estudantes. Para a autora Durante (1998, p. 42):

A aprendizagem significativa dos conteúdos implica na atribuição de sentido e construção de novos significados, o que envolve: disposição por parte do educando; apresentação de material potencialmente significativo (que seja relevante e tenha organização interna); orientação por parte do educador; organização da situação de

aprendizagem que propicie ao educando relacionar o novo conteúdo e o material de aprendizagem com os seus conhecimentos prévios e que o estudo tenha sentido para o educando.

Assim, a aprendizagem para ser significativa precisa envolver o contexto real dos sujeitos, ressignificando os conhecimentos prévios, não menosprezando-os, refletindo e estabelecendo a relação com o novo conhecimento. Para que isso ocorra é necessário empenho do professor e do aluno, caso contrário não haverá êxito. Acerca das dificuldades enfrentadas pelos alunos no processo de aprendizagem o aluno Steven ressalta que: *“Mais ou menos. Depende porque a professora faz uma gravura, através daquela gravura nós temos que criar um texto, então eu tenho dificuldades em produção textual, mais meu colega me ajuda, a professora junta um aluno que sabe mais com um que sabe menos”*. Diante dessa narrativa, verificou-se que a professora conta com o auxílio dos estudantes que se desenvolve com mais facilidade para ajudá-la no processo de alfabetização dos demais alunos.

De acordo com Freire (1987, p. 68) “não há saber mais e nem saber menos, há saberes diferentes”. Portanto, os saberes dos alunos, são apenas diferentes dos saberes dos professores, cada um possui bagagem intelectual e cultural diferente, isso não quer dizer que um é mais inteligente que o outro, e, no processo educativo ambos aprendem juntos. Nesse processo o aluno jamais pode ser visto como um mero receptor, como uma caixa de depósito que só acumula, e, o professor não é detentor do conhecimento, deve ter sabedoria para utilizá-la de forma inteligente.

Ao desenvolver a pesquisa de campo, verificou-se que duas professoras não emitiram suas opiniões acerca da diferença entre alfabetizar e letrar na EJA, a terceira professora, emitiu opinião a esse respeito. Para Dandara: *“Alfabetizar é quando o aluno consegue escrever e ler corretamente, letramento vai além da leitura, ou seja, interpretar e contextualizar seu aprendizado, sempre busco isso com meus alunos”*. Assim, entendemos que a professora coloca em prática seus conhecimentos, cujo objetivo não restringe somente a repassar os conteúdos do plano de curso, pois, ensina e luta por mudanças comportamentais em seus alunos para que posteriormente não escute as pessoas dizerem que seus alunos foram alfabetizados na EJA, mais não foram letrados. De acordo com Moura (2007, p. 33-34):

[...] letrar na perspectiva de escolarizar os jovens e adultos não é um processo fácil e aleatório, nem um processo que deve ficar só no plano do discurso político. Escolarizar hoje, mais do que nunca, significa ter como suporte uma análise político-crítica da realidade, mais também ter uma preocupação com a ressocialização do trabalhador.

Assim, o letramento na EJA não é uma palavra que deve ficar apenas no papel, envolve atitudes e valores principalmente do professor que possui uma grande responsabilidade. É

precioso valorizar uma educação com qualidade, para mudar a vida de adultos que buscam na escola o desenvolvimento de habilidades para desempenharem suas funções nos âmbitos sociais, culturais, profissionais, econômicos e políticos. O ser humano tem necessidade de ser alfabetizado e letrado para que não passe por constrangimentos, não tenha vergonha de ir a determinado local por medo de errar, por isso, é preciso que os jovens e adultos adquiram uma aprendizagem eficaz nas escolas públicas.

No entanto, verificou-se em âmbito local, que ainda há muito a ser feito na área da EJA, pois, segundo Erick, aluno da EJA: *“O ruim é que tá faltando muita coisa aqui no colégio, assim inclusive a professora trabalha muito o conteúdo e esquece de incentivar a leitura pra gente escrever alguma coisa”*. Desse modo, percebe-se que as professoras não trabalham a leitura diariamente de forma individual e em grupo. Os alunos da EJA retornam à escola principalmente por causa da alfabetização e do letramento, talvez as professoras estejam preocupadas em repassar os conteúdos expressos no plano de curso e por isso não cumprem esta tarefa diariamente.

De acordo com Durante (1998, p. 29), *“O processo de desenvolvimento da leitura só ocorre através do próprio ato de leitura”*. Assim, o professor deve ter o compromisso de alfabetizar seus alunos, explorar a leitura o máximo, colocar em evidência os diversos tipos de leituras, dar ênfase ao contexto do aluno, etc. Enfim, cabe ao professor encontrar o procedimento metodológico mais viável ao público que atende, pois, só se aprende a ler, lendo.

De acordo com a professora Alexia os desafios enfrentados na EJA são diversos e dentre eles foram salientados, *“A falta de formações voltadas para o público da EJA”*. Para a professora, falta qualificação na área específica e formação em serviço para auxiliá-las no processo de ensino. Acerca dessa questão a LDB, nº 9394/96, assegura que o professor tem o direito a oferta gratuita de cursos de capacitação e aperfeiçoamento, ou seja, cursos de formação continuada. Porém, tais cursos são escassos no município de Tefé, e, quando um professor tem a iniciativa de fazer uma especialização, deve fazer um investimento financeiro por conta própria para poder adquiri-lo. Segundo Freire (1996, p. 36):

O professor que não leve a sério a sua formação, que não estude, que não se esforce para estar à altura de sua tarefa, não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe. Isto não significa, porém, que a opção e a prática democrática do professor ou da professora sejam determinadas por sua competência científica. Há professores e professoras cientificamente preparados, mas autoritários a toda prova. O que quero dizer é que a incompetência profissional desqualifica a autoridade do professor.

Assim, compreende-se que a capacitação em serviço em Tefé é uma opção do professor, pois, não foi sinalizado pelas professoras o apoio da escola e da secretaria de educação acerca da formação continuada ou em serviço. Esta constatação é preocupante, uma

vez que nada adianta o professor exercer a função do magistério se não basear sua prática em teóricos da área, ou seja, se não houver o diálogo entre teoria e prática. Acredita-se que é de suma importância que o professor esteja constantemente aperfeiçoando seus conhecimentos, que goste do que faz, que exerça sua profissão com dedicação, comprometimento e responsabilidade.

As professoras envolvidas na investigação têm consciência do público que atendem, das particularidades e dos desafios enfrentados na área da EJA, por isso procuram incentivar os alunos para que possam continuar frequentando regularmente a sala de aula, evitando assim, a evasão escolar. Segundo a professora Ágata: *“Incentivo sim. Os alunos da EJA chegam na sala cansados, desmotivados pela jornada diária, é o papel do professor estimulá-los para o retorno no dia seguinte”*. O incentivo das professoras pode constituir em uma peça chave para o bom andamento no processo de ensino e aprendizagem, pois, constatou-se que as professoras, apresentam nas aulas mensagens de incentivo, dinâmicas, alongamentos, músicas, etc, para manter o interesse dos alunos que estão sendo quase vencidos pelo cansaço.

## 2.2 OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES DA EJA NO PROCESSO DE LETRAMENTO

A partir da análise documental, constatou-se que as trajetórias de escolarização e de vida dos sujeitos da EJA, embora existam singularidades/particularidades, também existem muitas vivências que se aproximam e que fazem estes sujeitos a se pertencerem a um lugar socialmente específico, uma vez que, enfrentam na maioria das vezes os mesmos desafios.

No que tange aos alunos do 1º segmento da EJA da Escola Municipal Professor Luzivaldo Castro dos Santos, são alunos que exercem trabalhos braçais ou trabalhos que exigem pouco grau de escolaridade, tais como agricultores, autônomos, encanadores de água, eletricitas, vendedores ambulantes, dentre outros. Pessoas que por algum motivo não puderam dar continuidade aos estudos no período da infância ou em idade própria, sendo que a falta de planejamento familiar é um desses fatores, apontado pela aluna Geovana: *“Tive filho cedo e parei de estudar para trabalhar e sustentar meu filho”*. Os jovens e adultos tem direito ao estudo com gratuidade, pois, a Lei nº 9.394/96, no art. 4º, nos incisos I e VII asseguram o direito a educação que será efetivado mediante a garantia de:

Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria [...]. Oferta de educação regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades,

garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola:

A EJA é uma modalidade de ensino criada especificamente para atender jovens e adultos que passaram por esta situação, ou seja, não deram continuidade nos estudos em idade própria, contudo, o ensino deve abranger metodologias específicas á essas pessoas que normalmente são pais e mães que precisam trabalhar para garantir o sustento familiar, por isso chegam a escola cansados do trabalho diário, e, dependendo das atividades que são repassadas, da abordagem metodológica e objetivos pessoais podem até desistir dos estudos.

Vive-se em uma sociedade capitalista, em que o homem precisa trabalhar para conseguir capital para a aquisição de bens materiais necessários à sua sobrevivência. Com o surgimento da revolução industrial as máquinas passaram a substituir o trabalho humano, muitos ficaram desempregados, outros precisaram se aperfeiçoar para garantir a permanência no trabalho. A partir de então, o homem passou a estudar, a fazer cursos técnicos e se profissionalizar. Sabe-se que na atualidade quem não tem o perfil exigido pelas instituições seja pública ou privada dificilmente consegue um bom emprego. Acerca dessa questão, o aluno Luth afirma que: “[...] *muita oportunidade de emprego que eu perdi por causa dos meus estudos, por isso eu voltei a estudar*”.

Ao analisar os dados dessa investigação verificou-se que os estudantes da EJA sabem basicamente assinar o próprio nome, ou seja, conseguiram a aquisição da leitura e da escrita durante as aulas da EJA. Há de se esperar que uma pessoa que não é alfabetizada tenha muitas dificuldades para ser inserida no mercado de trabalho, restando apenas os trabalhos braçais. Em síntese, as pessoas desprovidas de escolarização ou com pouca escolaridade são geralmente excluídas, é preciso ter conhecimento para não ser marginalizado. Segundo Feitoza (2012, p. 221):

Vimos que a força motriz advém de um ideário humanizador. Ainda buscando elementos de aproximação, pode-se elencar: a conscientização, o diálogo, a cultura e a cidadania. Como dissemos, são elementos que, para os sujeitos dos grupos entrevistados, significam o entendimento da EJA para a emancipação - horizonte ‘teórico’ do qual partem. O desenvolvimento de um trabalho que estimule a prática cidadã, fundada na igualdade, na democracia, na ética, no diálogo e na expressão de uma cultura de grupos é um dos elementos norteadores.

A EJA surge para um grupo social que não frequentou a escola em idade adequada, como uma possibilidade de inclusão social, cujos alunos percebem que precisam ser alfabetizados e letrados para que possam desenvolver as habilidades da leitura, da escrita, do cálculo e da cidadania.

Portanto, os alunos que estudam nesta modalidade de ensino merecem ser tratados com respeito e atenção, pois são adultos em sua maioria pais, chefes de família que lutam diariamente para garantir o sustento familiar e tentar oferecer uma vida mais digna aos seus dependentes. Muitos vêm para a escola sem uma boa refeição, com o corpo cansado da jornada de trabalho e com os olhos abatidos e com sono, mesmo assim, insistem em lutar pelo estudo. Para o aluno Rodnes, o maior desafio *“é o cansaço mesmo, a gente chega do trabalho cansado e ainda vem pra escola, porque eu trabalho no quilômetro 08 fazendo farinha e eu vou e volto todo dia, então eu estou mais é pra desistir”*.

A partir da fala dos entrevistados percebe-se que o trabalho na agricultura exige pouca leitura, basicamente é necessário aprender a reconhecer o dinheiro para efetuar as transações comerciais. Há de se lembrar que a maioria dos alunos trabalham no preparo da farinha de mandioca, residem na zona urbana e se deslocam diariamente em ônibus superlotados até a zona rural, desempenham suas funções e no final do dia retornam para os seus lares. Em relação a essa problemática Coura (2008, p.25) ressalta que:

O cotidiano da população brasileira de camada popular exige que tenham de viver contornando obstáculos. As dificuldades com a família e a parte financeira somam-se a questão da saúde. Nesta fase da vida nem sempre se encontra em sua melhor forma. Portanto, garantir o direito de frequentar uma escola é, para eles, apenas o primeiro passo rumo à conclusão de seus estudos. As escolhas e as renúncias feitas a favor da escolarização são muitas e os enfrentamentos para que isso se concretize são diários.

A autora supracitada ressalta que continuar frequentando regularmente a EJA exige esforço, dedicação e até sacrifício, pois diariamente o trabalho fora de casa exige muito do jovem e do adulto, dificultando uma boa educação e acompanhamento familiar. O horário noturno que poderia ser para o repouso e descanso do corpo é utilizado para a educação escolar, no ensejo de que dias melhores virão, seja para si próprio ou para os filhos, o importante para estes alunos é saber que não é tarde para recomeçar e continuar lutando pelos seus sonhos de concluir o ensino fundamental, o ensino médio e quem sabe o nível superior, pois nada é impossível quando se tem força de vontade e força para lutar.

A maioria dos entrevistados afirmaram que voltaram a estudar na expectativa de estar apto a concorrer um emprego bom no mercado de trabalho. A educação escolar permite a leitura/acesso à jornais, revistas, abordagens sobre assuntos do cotidiano e a realidade brasileira, ensina que temos que aprender a respeitar as diferenças, sendo que em ambientes diversos de trabalho o respeito ao próximo é fundamental. Enfim, há o sonho de se profissionalizar para exercer um trabalho com remuneração melhor e até mesmo sem que exija tanto esforço

corporal. Segundo Wesley, aluno da EJA: *“voltei a estudar pra terminar o ensino médio e arranjar uma profissão melhor”*.

O depoimento do estudante da EJA, revelou que os seus sonhos não se limitam a conclusão do ensino fundamental, eles almejam ampliar os conhecimentos, adquirir novos olhares, novas filosofias de vida e aplicá-las aos filhos e aos netos. Percebeu também que os alunos da EJA têm uma concepção de educação voltada mais para a empregabilidade. Sobre a questão Ventura (2011, p. 93), salienta que:

A EJA praticada hoje, pelo Estado brasileiro, constitui-se em um novo mecanismo de mediação do conflito de classes. Apoiada nas noções de empregabilidade, de competências e de empoderamento, difunde entre os trabalhadores a ética individualista e competitiva dos homens e dos negócios.

Portanto, a EJA no Brasil é marcada pelo conflito de classes. A classe subalterna é explorada pelas demais através do trabalho braçal, cujos subalternos esforçam-se para sair da base e quem sabe conseguir melhores posições na sociedade capitalista.

Além disso, os alunos apontaram outros benefícios na vida pessoal e profissional após retornar à escola conforme afirma o aluno Steven: *“A minha vida profissional mudou muito, e pessoal também em termo de educação, dentro de casa com os meus filhos, e na minha profissão que eu trabalho e dependo desse estudo”*. Desse modo, pode-se dizer que a EJA possibilitou a alfabetização e o letramento dos alunos, tendo em vista que eles reconhecem em alguns momentos que o estudo é importante não apenas para conseguir um emprego, mas também para desenvolver habilidades, tarefas e funções dentro de casa e na sociedade como um todo. Enfim, a alfabetização transformou a vida destes alunos, possibilitou melhor a interação com a família, auxiliou nas tarefas escolares, na discussão de assuntos vividos pela sociedade, melhorando a oralidade, se capacitando cada vez mais para a sua formação humana.

A educação popular é tida como inferior da educação oferecida as classes médias e a elite, pois, muitos têm a concepção de que para adquirir uma educação com qualidade é necessário pagar escolas particulares, pois estas, dispõem dos melhores materiais didáticos, de professores mais qualificados, etc. No entanto, o que provoca tais diferenças é o fato de que os estudantes das escolas públicas, pertencente as massas populares, na maioria das vezes, não tem acesso ao transporte público, aos materiais didáticos diversificados, a merenda escolar com qualidade, aos professores qualificados e não dispõem de tempo livre para estudar. Portanto, a educação popular busca constantemente superar tais barreiras, romper estes desafios, buscar melhora no contexto em que vive, exercer ativamente a cidadania e melhorar a qualidade de

vida. Sabe-se que tais desafios são imensos e que a luta é diária, mas aos poucos tem-se conseguido atingir alguns objetivos, embora ainda tenha muito a ser conquistado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola Municipal Professor Luzivaldo Castro dos Santos possui em seu quadro funcional da EJA somente professoras habilitadas para lecionar nesta modalidade de ensino. Estas por sua vez lecionam utilizando como base o plano de curso, documento escolar que contém todos os conteúdos que devem ser abordados anualmente durante o ano letivo escolar. Porém acredita-se que as professoras preocupam-se demais em transmitir os conteúdos expressos no plano de curso de modo que esquecem de explorar diariamente a leitura no processo educativo. Este é um fator preocupante, pois, sabemos que a leitura é a base da alfabetização, e, a maioria dos alunos está na escola basicamente para aprender a ler e escrever.

As professoras exploram o conhecimento prévio dos alunos, valorizam o saber empírico, contextualizam os conteúdos curriculares com a realidade em que estão inseridos, utiliza nas operações matemáticas situações concretas envolvendo dinheiro, já que ele é utilizado diariamente pelos alunos. A alfabetização e o letramento são realizados partindo de um tema gerador para situações complexas, construção de palavras, frases e textos, as atividades são diversificadas individuais e outras em grupos de forma que o aluno possa auxiliar um ao outro na construção do saber que está sendo construído no processo educativo, pois os saberes são diferentes e o professor atua como facilitador do conhecimento, sendo os protagonistas os próprios alunos.

Os principais objetivos dos alunos é dar continuidade aos estudos para que possam adquirir um emprego melhor já que atualmente desempenham trabalhos braçais que exigem sacrifício do corpo. Eles pensam ainda em ampliar os conhecimentos no intuito de melhorar o convívio familiar, fortalecer as relações econômicas, possibilitar a inclusão social, para exercer a cidadania, evitando passar por constrangimentos por não fazer parte da cultura letrada. Eis, que a EJA surge como esperança para uma melhor qualidade de vida.

Acredita-se que é preciso que o professor tenha uma postura crítica, adapte os conteúdos a realidade dos educandos, respeite a diversidade religiosa e cultural existente na escola, valorize a capacidade dos alunos, dando a oportunidade e meios diversificados de conhecimentos, tornando as aulas mais agradáveis, mas enriquecedoras e prazerosas. Recomendamos este trabalho a toda comunidade acadêmica, aos professores e aluno da Escola Municipal Professor Luzivaldo Castro dos Santos.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei 9394/96. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em 20/07/2016.
- COURA, Isamara Grazielle Martins. Desejos e desafios de pessoas da terceira idade no processo de escolarização. **Revista de educação de jovens e adultos**. V. 2. Nº 3, dez., 2008.
- DURANTE, Marta. **Alfabetização de Adultos**: leitura e produção de textos. Porto Alegre: Grupo A, 1998.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- \_\_\_\_\_. **A educação na sociedade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. In: **Revista brasileira de educação**. São Paulo, nº 14, maio-ago. 2000.
- LOCK, Jussara Margareth de Paula (et al). **Metodologia, planejamento e avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- MEDEIROS, Maria do Socorro de Araújo. **A Formação de Professores para a Educação de Adultos no Brasil**: da história à ação. Palma de Maiorca: Tese de Doutorado pela Universidade de Les Illes Balears, 1999.
- MOURA, Maria da Glória Carvalho. **Educação de jovens e adultos**: um olhar sobre sua trajetória histórica. Curitiba: Educarte, 2003.
- \_\_\_\_\_. MOURA, Tânia Maria de Melo. **A formação de professores da EJA**: dilemas atuais. Organizado por Tânia Maria de Melo Moura. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane. (Orgs). **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola. 1973.
- E
- \_\_\_\_\_. **MOBRAL**: um desacerto autoritário I, II E III. Rio de Janeiro: Síntese, Ibraades, 1982.
- \_\_\_\_\_. V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo Loyola, 1987.
- \_\_\_\_\_. V. P. **História da educação popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 6.ed. Revista e ampliada. São Paulo: Loyola, 2003.

PEIXOTO FILHO, José. O rádio e a educação: a experiência do MEB e as contribuições para a educação popular. In: PRETTO, Nelson de Lucca; TOSTA, Sandra Pereira. (Org). **Do MEB à WEB: o rádio na educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOUZA, Marta Lima de. **Educação de jovens e adultos: da alfabetização à aprendizagem ao longo da vida?** In: José dos Santos Souza. Sandra Regina Sales. (org.) **Educação de jovens e adultos: políticas e práticas educativas**. Rio de Janeiro: NAU/EDUR, 2011.

VENTURA, Jaqueline. **Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil: revendo alguns marcos históricos**. Niteroi, 2006. Disponível em: <http://www.uff.br/ejatrabalhadores/artigo-01.htm>. Acesso em 15 de jan. de 2017.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas para a educação de jovens e adultos no Brasil: a permanete (re) construção da subalternidade – considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. **Educar em revista**. Curitiba: Ed. UFPR, n. 29, jan./fev., 2007.

\_\_\_\_\_. A trajetória histórica da educação de jovens e adultos trabalhadores. In: TIRIBA, Lia; CIAVATTA, Maria. (Orgs). **Trabalho e educação de jovens e adultos**. Brasília: Liber Livro e Editora UFF, 2011.

FEITOZA, Ronei da Silva. Movimentos de educação de jovens e adultos no Amazonas: potencialidades emancipatórias ou compensatórias? In: FÁVERO, Osmar. (Org.). **Diversidade na educação de jovens e adultos**. 2012.